



APROVADA

ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 22 DE JULHO DE 2020

1
2
3
4
5 No décimo vigésimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, é
6 declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Extraordinário do Conselho Municipal de
7 Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife - COMDICA, por
8 meio remoto, respeitando o distanciamento social provocado pela pandemia do
9 Coronavírus/Covid-19, e o presidente Armindo Nascimento Pessoa coloca para deliberação os
10 itens da pauta: **APROVAÇÃO DA ATA DO DIA 30/06/2020; APROVAÇÃO DO EDITAL**
11 **ITAÚ; DEMANDA DAS COMISSÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIMEIRA**
12 **INFÂNCIA (RETOMADA DA PARTICIPAÇÃO NO GT DE RISCO); PLANO DE**
13 **CONTINGÊNCIA DO COMDICA E INFORMES GERAIS.** *Participam do pleno na*
14 *condição de conselheiras(os): Armindo Nascimento Pessoa (Lar Presbiteriano Vale do*
15 *Senhor); Ana Maria de Farias Lira e Eduardo Paysan Gomes (Secretaria de Desenvolvimento*
16 *Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos - SDSJPSDDH); Auxiliadora*
17 *Maria Pires Siqueira da Cunha (Gabinete do Prefeito); Andréa Ricardo de Castro (Secretaria*
18 *de Educação); Núbia Carla de Azevedo Mesquita (Associação para a Restauração do*
19 *Homem); Germana Bezerra Suassuna (Secretaria de Saúde); Hemi Monique Vilas Boas de*
20 *Andrade (CIEE - Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco); Vesta Pires*
21 *Magalhães Filha e Andréa Maia Guerra Coimbra Carvalho (Procuradoria Geral do*
22 *Município); Itamar Sousa de Lima Júnior (CRP); Bárbara Elias de Souza Cabral (Escola Dom*
23 *Bosco - Inspeção Salesiana); os(as) técnicos(as) Ieda Accioly, Anderson Ferreira, Aurely*
24 *Macedo e Roberta Sartori (Sociopedagógico); Carlos Silva e Fabiana Cabral (Prestação de*
25 *Contas); Thayná Lira (Financeiro); Angélica Araújo e Luiz Eduardo Júnior (Comunicação) e,*
26 *por fim, a secretária executiva, Simone Melo.* O presidente inicia o pleno agradecendo a
27 participação de todas(os) e informa a ordem do dia. **Em regime de votação, o mesmo**
28 **pergunta se a ata do dia 30 de junho do corrente foi analisada pelo colegiado e se pode ser**
29 **aprovada. A resposta é positiva e, não tendo nada mais a acrescentar, a ata do dia 30 de**
30 **junho é aprovada por unanimidade.** Seguindo a pauta, o presidente explica que a Comissão
31 do Edital Itaú se debruçou na construção do documento de seleção de projetos e que, ao final
32 da deliberação, foi encaminhado para leitura do colegiado e aprovação. Ele pergunta se o
33 documento foi analisado por todos(as) e se há algo mais a acrescentar ou retirar do documento.
34 O conselheiro Eduardo diz ter ficado em dúvida quanto aos Considerandos que engloba o eixo
35 de Acolhimento Institucional. A conselheira Andréa Castro parabeniza a comissão pelo edital e
36 diz que no documento original do Itaú Social não há alusão à pandemia. A conselheira coloca
37 da preocupação quanto ao instrumento de desempate para as notas da avaliação externa.
38 Andréa afirma ainda que é necessário mudar a nomenclatura do item 11, de Oficina para
39 Reunião, já que será apenas uma instituição contemplada. A conselheira Ana Farias lembra
40 que, universalmente, o critério de desempate em seleções é aplicado para aquele que é mais
41 antigo e que, no caso das instituições, pode ser a de maior tempo de funcionamento. A
42 conselheira Vesta acha importante colocar como regra no edital o critério de desempate para
43 que fique claro. Vesta diz que a comissão não deve deixar para resolver adiante em virtude de
44 uma implicação jurídica. A conselheira Auxiliadora (Dora) diz que o critério de idade é o
45 primeiro a ser observado nos processos e que depois o edital pode criar dois ou três critérios
46 mais específicos. As sugestões são as seguintes: data de fundação da entidade e tempo de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 registro no COMDICA, diz Dora. A técnica Aurely explica que o item citado pelo conselheiro
48 Eduardo foi remanescente e que o documento tomou como base o edital de captação de
49 recursos em virtude da linguagem aproximada colocada pelo Itaú. Ela afirma que foi feita toda
50 uma atualização das partes jurídica e pedagógica à luz do que dispõe o edital do Itaú. Aurely
51 comunica que vai suprimir o texto solicitado dos *Considerandos*. O conselheiro Eduardo diz
52 ter dúvidas sobre o público atendido. A técnica Aurely afirma que é para todo público
53 adolescente, mas o público prioritário é adolescente em cumprimento de Medidas
54 Socioeducativas em Meio Aberto do Recife, conforme cláusula específica. Aurely lembra que
55 o trabalho dos *Considerandos* foi da conselheira Andréa Coimbra e do conselheiro Evandro,
56 que o Projeto Básico foi realizado por ela e a técnica Roberta e que a parte de Comunicação
57 ficou a cargo da técnica Angélica. Aurely diz que a inscrição na Plataforma Prosas já foi
58 realizada e que só falta agora selecionar a instituição que deve concorrer ao Itaú Social. A
59 secretária Simone esclarece que para manter a inscrição no Prosas é preciso fazer um
60 pagamento específico à plataforma mensal. Ela lembra que o cadastro do COMDICA foi feito
61 apenas para o Edital Itaú Social por um período de trinta dias. O conselheiro Evandro explica
62 que o Prosas têm equipes para fazer o mapeamento de todos os editais abertos e
63 assessoramento na mobilização de recursos. Ele coloca que com a realização da inscrição, o
64 COMDICA poderá coletar as informações e repassar as organizações registradas. A
65 conselheira Andréa Castro afirma que essa é a proposta. O conselheiro Itamar diz que com o
66 pagamento deve haver uma certa celeridade ao acesso dos editais, mas que o Prosas não é
67 restrito. A conselheira Andréa Castro afirma que o COMDICA só poderá encaminhar projetos
68 se estiver dentro da plataforma. O conselheiro Evandro afirma que é preciso pagar os custos
69 para ter o acesso mais completo à plataforma. A conselheira Ana Farias diz que o processo de
70 discussão passa pela valorização dos conselhos como órgão de controle social. Ela lembra que
71 são os conselhos que têm condições de julgar se as instituições que estão propondo
72 participação nos editais de captação de recursos estão de acordo com as políticas inerentes ao
73 conselho. O conselheiro Eduardo pergunta sobre o custo total para inscrição e adesão ao
74 Prosas. A executiva Simone afirma que vai verificar para informar ao conselho. **Em regime de**
75 **votação, o Edital de Seleção de Propostas das Organizações da Sociedade Civil**
76 **Executoras de Programas de Aprendizagem e Profissionalização para Concorrência**
77 **junto ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife para o Processo de**
78 **Seleção do FIA 2020 – Edital Fundos da Infância e Adolescência do Itaú Social é**
79 **aprovado pelo colegiado com ressalvas.** Seguindo a pauta, o presidente solicita a
80 apresentação das demandas das Comissões de Políticas Públicas e da Primeira Infância. A
81 técnica Aurely informa sobre a retomada da participação do COMDICA no GT de Risco. A
82 mesma coloca que o GT de Risco é formado por toda Rede de Garantia de Direitos e
83 coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e
84 Direitos Humanos, através da Gerência da Média e Alta Complexidade, e que cada RPA tem o
85 seu grupo de trabalho. Ela diz que o GT privilegia estudos de casos de famílias com muitos
86 entraves de encaminhamentos, por ordem do usuário ou externa ao usuário. A técnica fala que
87 o COMDICA iniciou a participação em 2018 e que, em meados de setembro de 2019, precisou
88 priorizar outras demandas como, por exemplo, o processo de escolha do conselho tutelar. Ela
89 afirma que a participação é técnica e na perspectiva da escuta e que, por isso, se tornou
90 estagnada para o COMDICA, mas que agora existe a necessidade de uma retomada a partir do
91 que foi discutido na Comissão de Políticas Públicas. É preciso considerar a retomada da
92 participação do COMDICA de uma forma mais específica, discutindo ponto a ponto e fazendo



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

93 um estudo de casos, afirma a técnica. Aurely afirma que a proposta é que o COMDICA volte a
94 participar do GT, compreendendo a necessidade de um encaminhamento mais efetivo, a partir
95 de relatórios construídos mensalmente pelos técnicos e levados às comissões. O conselheiro
96 Eduardo afirma da importância da participação do COMDICA no momento que o órgão está
97 instalando um novo comitê. O conselheiro diz que o GT é um espaço privilegiado de
98 articulação das instituições que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos e, também, que
99 lá existem casos complexos envolvendo as equipes do CRAS, do CREAS, dos conselhos
100 tutelares, da Saúde, da Educação, do MP, do DPCA, entre outras. Ele coloca da importância de
101 recolher as informações e percepções e levar para as comissões, em especial, ao Comitê da
102 Rede de Cuidados e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de
103 Violência. Por fim, a técnica Aurely fala da importância de formatar uma resolução para
104 especificar a participação e as atribuições dos técnicos no GT de Risco. **Em regime de**
105 **votação, o colegiado aprova a retomada da participação do COMDICA no GT de Risco**
106 **com encaminhamentos mais efetivos, a partir de relatórios direcionados as devidas**
107 **comissões específicas e ao Comitê da Rede de Cuidados e Proteção Social.** Seguindo a
108 pauta, a conselheira Ana Farias informa sobre o Comissão de Elaboração do Plano da Primeira
109 Infância (PMPI). Ana afirma que todo o trabalho elaboração pela comissão foi concluído
110 ontem, dia 21, e que a equipe da Secretaria de Planejamento (Seplag) está organizando os
111 escritos para que, dia 28, seja apresentado ao pleno para deliberação e aprovação. Após a
112 aprovação, o documento será encaminhado ao Executivo, através de mensagem, para começo
113 do processo na Câmara de Vereadores, diz a conselheira. Ela coloca que, no período, ainda
114 estão previstas reuniões e audiências públicas, convocadas a partir da Frente Parlamentar pela
115 Primeira Infância, para apresentação da proposta que será discutida na Câmara Municipal. Ana
116 Farias informa que a proposta da comissão é que, dia 28, o Seplag realize uma apresentação do
117 processo de trabalho com alguns conteúdos. A comissão solicitou ainda o envio anterior do
118 documento para análise do colegiado, comunica a conselheira. A executiva Simone afirma que
119 o documento será compilado por Karen (Seplan) e será enviado, no máximo, para o conselho
120 até segunda-feira, dia 27. O conselheiro Itamar diz da preocupação com relação a
121 desmobilização da sociedade civil por conta da pandemia e de que maneira as OSC's podem
122 incidir no processo de forma mais efetiva. Ele afirma que as reuniões e audiências públicas
123 serão importantes para as instituições que estão na ponta do processo fazer sugestões. A
124 conselheira Ana coloca que é preciso avançar com o PMPI, por conta das eleições municipais,
125 para que avance e seja aprovado ainda em 2020. Seguindo a pauta, o presidente Armindo
126 afirma que a Consulta OSC-Covid-19 está bem avançada. Na oportunidade, o presidente
127 parabeniza a técnica Angélica pelo trabalho realizado com competência na Assessoria de
128 Comunicação do COMDICA. Simone fala em seguida e afirma que, nos dias 20 e 21, Luiz
129 Eduardo (Comunicação) foi até o COMDICA e fez ligações para as instituições que tiveram os
130 seus e-mails devolvidos. A técnica Angélica informa que Luiz Eduardo está acompanhando de
131 perto as devolutivas, que ele precisou entrar em contato para as instituições que não receberam
132 os e-mails com as informações necessárias e que foi disponibilizado através das redes sociais,
133 grupos de *whatsapp* e página eletrônica do COMDICA acesso ao link da consulta. Ela explica
134 que alguns e-mails foram redirecionados e que alguns questionários respondidos já estão
135 chegando. Angélica informa que a última atualização indica que 28 (vinte e oito) instituições já
136 responderam a consulta e que 55 (cinquenta e cinco) iniciaram, mas não concluíram as
137 respostas. A conselheira Andréa Castro pede estímulo para que as instituições respondam ao
138 questionário em virtude do número muito baixo de respostas. Ela coloca que é o questionário



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 que deve oferecer respaldo para o edital de contingência. As instituições precisam dizer de fato
140 as suas necessidades, fala Andréa. O presidente afirma que o COMDICA tem feito divulgação
141 de uma forma exaustiva do processo de consulta. A conselheira Dora diz que o questionário é
142 fundamental para responder as demandas do MP. Angélica informa que o prazo final dado pelo
143 colegiado para as organizações responderem foi 31 de julho e que, portanto, tudo está dentro
144 do prazo estabelecido. O conselheiro Evandro afirma que deve ser levado em consideração que
145 as instituições perderam os parceiros e estão sem equipe e com atividades fragilizadas. A
146 conselheira Núbia coloca que as organizações estão vivendo um tempo diferenciado e estão
147 dentro do prazo. O conselheiro Itamar afirma que a participação das OSC's nos plenos do
148 COMDICA está sendo feita de uma forma muito tímida. Ele considera que quando as
149 instituições participam de momentos de construção e decisões os processos fluem melhor. O
150 conselheiro coloca ainda dos problemas estruturantes que as organizações enfrentam de acesso
151 as novas tecnologias. A executiva Simone afirma que a pauta da consulta foi tratada na
152 presença das OSC's em pleno aberto. Ela diz que a provocação sobre o processo está em todos
153 os espaços e redes e não tem como não responder ao questionário. A mesma afirma que o e-
154 mail da consulta é novo e que pode entrar como spam, mas que essa informação já foi tratada e
155 repassada para todas as instituições pelo grupo do *whatsapp*. A conselheira Andréa Castro
156 afirma que no momento da validação do questionário houve sugestões dos representantes das
157 instituições que foram acatadas. O presidente sugere que, dia 03 de agosto, a equipe técnica
158 envie para todas as comissões os dados a serem tratados e incluídos no plano de contingência.
159 A executiva Simone afirma que é preciso considerar que o plano de contingência é diferente do
160 edital de contingência. Pedimos prazos, mas ainda continuamos em falta com a resposta ao MP
161 e vamos ser cobrados quanto a resposta do plano de contingência, diz Simone. A técnica
162 Aurely esclarece que não houve pauta para o plano de contingência na Comissão de Políticas
163 Públicas, muito embora os membros terem sido provocativos no assunto, e que a previsão para
164 a próxima reunião da comissão é na segunda semana de agosto. Ela diz que a retomada nas
165 discussões acontece com o GT de debate para a criação do Centro Popinho. A sugestão é que o
166 próprio técnico que acompanha cada comissão coloque no papel o que já foi feito pelo
167 COMDICA durante a pandemia, propõe a técnica. A técnica Roberta comunica que a
168 Comissão de Monitoramento e Avaliação do FMCA tem trabalhado para fechar os relatórios de
169 impacto dos projetos cofinanciados pelo FMCA. Ela diz que, assim, não foi discutido de uma
170 forma concreta o plano de contingência. Roberta propõe montar um calendário para começar o
171 debate sobre o assunto. A conselheira Vesta prefere o trabalho conjunto ao invés de dividido em
172 comissões. A conselheira Andréa Castro afirma que as ações inerentes à comissão estão em
173 andamento e que devem ser finalizadas em agosto. Andréa pede um olhar carinho da comissão
174 quanto aos relatórios e diz que a meta de entrega ao COMDICA dos documentos é dia 14 de
175 agosto. Por fim, ela acredita que a proposta de Aurely sobre o plano de contingência é boa e
176 que cada comissão deve fazer o *checklist*. A conselheira Núbia esclarece que tinha agendado
177 com a conselheira Rafaela Lima a ida ao COMDICA para uma reunião presencial de avaliação
178 dos relatórios, mas que houve um mal-entendido sobre o prazo do dia 10 (data de resposta ao
179 MP). A conselheira fala que recebeu uma ligação informando que, antes da avaliação da
180 comissão, era necessário o trabalho técnico e que, após este trabalho, os integrantes devem
181 deliberar sobre a aprovação. Ela diz também que se disponibilizou a ir ao conselho fazer a
182 avaliação, mas que o gargalo está no trabalho técnico. Núbia afirma que ficou na dúvida de
183 saber como se posicionar diante da questão. A técnica Roberta afirma ter ligado para a
184 conselheira Núbia e que enviou um e-mail a mesma referente a uma reunião realizada com a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

185 gestora da parceria. Ela informa que no corpo do texto existiam tabelas constando a relação dos
186 projetos para avaliação e, ao lado, o prazo necessário para resposta ao MP. Roberta coloca que
187 encaminhou a sistematização da ata que foi deliberada em conjunto com as equipes de
188 Prestação de Contas e Sociopedagógica e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, onde
189 consta a solicitação do conselheiro Eduardo de acesso aos relatórios de impactos dos projetos
190 para o entendimento do trabalho desenvolvido. Sendo assim, durante a reunião, foi combinado
191 que os relatórios de impacto seriam encaminhados a todos os membros da comissão, afirma a
192 técnica. Ela diz ainda que o trabalho da equipe técnica é pegar os relatórios de monitoramento
193 (primeiro e segundo) e o relatório de impacto e fazer um relatório específico para análises e
194 contribuições da comissão. Os vinte e seis relatórios com as contribuições da comissão serão
195 encaminhados para a gestora da parceria, informa Roberta. Ela esclarece ainda que ligou para a
196 conselheira Núbia explicando que não tinha como marcar uma reunião presencial, no
197 momento, em virtude da pandemia e que era necessário aguardar o parecer da equipe técnica.
198 A conselheira Andréa acrescenta que a tabela encaminhada por e-mail foi fornecida para uma
199 gestão à vista. O prazo indicado na tabela está correlacionado com a prestação de contas,
200 afirma Andréa. Ela esclarece que a prioridade é fechar as prestações de contas que precisam ser
201 respondidas ao MP e que a executiva Simone está na incumbência de fazer todos os
202 encaminhamentos. Simone coloca que os ofícios encaminhados pelo MP têm prazos para
203 respostas de 30 dias e pergunta se a instituição prestou conta do financeiro e do pedagógico.
204 Ela comunica que todos os ofícios foram respondidos informando que o documento foi
205 recebido, que a prestação se deu até o dia 30 de junho do corrente e que toda documentação
206 está em análise pelos técnicos do COMDICA. Dito isto, Simone encaminha afirmando que o
207 técnico responsável por cada comissão fica responsável por levar uma agenda aos membros
208 para deliberação. A técnica Aurely coloca que os relatórios de monitoramento são prioritários
209 no processo e que as primeiras duas semanas seguintes é preciso focar nos relatórios. A mesma
210 afirma que o trabalho é minucioso e deve ser alinhado com a prestação de contas. A executiva
211 Simone solicita que o técnico Anderson e a técnica Ieda priorizem a entrega dos primeiros
212 relatórios para a Comissão de Monitoramento e Avaliação. Seguindo a pauta, o presidente
213 solicita que a técnica Roberta comunique o colegiado sobre a última reunião da Comissão do
214 Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE). Ela informa que a comissão
215 realiza uma discussão de cada eixo do plano socioeducativo e que, num destes eixos, está
216 prevista a criação de um GT, com representação municipal e estadual, que discuta casos e
217 elabore propostas e levantamentos das situações de ameaças de morte contra adolescentes. Dito
218 isto, Roberta faz a leitura de e-mail (anexo) encaminhado pela chefe da Divisão dos CREAS
219 Recife, Vanessa Pessoa, apresentando o diagnóstico construído pelo SIMASE. A técnica
220 explica que o COMDICA não consta como responsável pelo eixo 2 e que, por isso, não
221 participou da reunião do eixo específico. Roberta explica que a proposta é o agendamento de
222 uma reunião com o COMDICA e com o CEDCA para a criação do GT e levantar informações
223 sobre o PPCAAM. O conselheiro Itamar diz que é preciso avaliar a questão da sobreposição de
224 responsabilidades. O mesmo afirma que a execução direta de PPCAAM é de nível estadual. É
225 possível participar, mas levando em consideração que a demanda tende a ficar concentrada no
226 Recife e pode ser que haja falta de entendimento de quem executa, coloca Itamar. A atribuição
227 é específica do CEDCA, finaliza o conselheiro. O conselheiro Eduardo diz que a demanda
228 específica e do Plano Municipal Socioeducativo, que o PPVida é uma proteção provisória e
229 que os adolescentes ameaçados de morte no Recife precisam ser encaminhados ao PPCAAM.
230 A proteção é para garantir o direito à vida dos adolescentes que estão mais vulneráveis no



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

231 Recife, fala Eduardo. **Os conselheiros disponíveis para fazer parte do GT do Simase são os**
232 **seguintes: Ana Maria de Farias Lira, Eduardo Paysan Gomes e Itamar Sousa de Lima**
233 **Júnior.** Roberta deve entrar em contato com a conselheira Dora Pires para saber sobre a sua
234 participação no GT. Fica pré-agendada a primeira reunião para a segunda-feira, dia 27, às 9h.
235 A conselheira Hemi pede esclarecimentos sobre o andamento da comissão que trata da
236 legislação do COMDICA. Ela afirma que há uma preocupação quanto ao processo de eleição
237 da sociedade civil. A conselheira Ana Farias informa que o COMDICA encaminhou uma
238 correspondência ao conselho tutelar sugerindo um prazo para posicionamento sobre a minuta
239 de alteração na lei. Ela informa que o conselho tutelar respondeu afirmando que não existe
240 condição de marcar uma reunião devido à pandemia. A sugestão do COMDICA foi que o
241 próprio conselho tutelar realizasse a discussão da lei por RPA, comunica Ana. Em relação a lei
242 do COMDICA, Ana Farias coloca que o colegiado sugeriu a realização de uma oficina para
243 tratar o assunto, mas que até agora a oficina não foi realizada devido à pandemia. A conselheira
244 diz que se reuniu com o consultor do processo, Fernando Silva. A executiva Simone esclarece
245 que é preciso provocar o conselho tutelar e que ainda não foi formada uma comissão para tratar
246 da lei do COMDICA. O conselheiro Eduardo solicita que seja encaminhado um ofício aos
247 conselhos tutelares dando um prazo para a resposta sobre a realização das discussões por RPA
248 para as contribuições na lei municipal. Com relação a revisão na legislação do COMDICA,
249 Eduardo coloca que é preciso garantir o pagamento para o andamento do processo, tendo em
250 vista que o consultor Fernando tem muita competência, garantindo qualidade na reformulação
251 da lei. A executiva Simone coloca que já existe demanda do MP cobrando retorno sobre a
252 alteração da lei do conselho tutelar e regimento interno. A mesma diz ainda da necessidade de
253 retomar o processo de planejamento anual do COMDICA. A conselheira Ana Farias afirma
254 que falou com o consultor e que ele está disponível para o processo. Quanto a participação da
255 sociedade civil nas comissões, Ana diz que existe defasagem dos representantes e que a
256 legislação indica paridade. O conselheiro Evandro propõe um encontro da sociedade civil para
257 planejar a eleição das organizações no COMDICA. O conselheiro Eduardo lembra que a
258 eleição da sociedade civil vai ser pautada pela lei que está vigente. A executiva Simone propõe
259 a formação da comissão para o andamento da alteração da lei e regimento interno do
260 COMDICA. **A Comissão de Revisão da Lei e Regimento Interno do COMDICA fica assim**
261 **formada: Ana Maria de Farias Lira, Itamar Sousa de Lima Júnior, Evandro Alves de**
262 **Freitas, Andréa Maria Guerra Coimbra Carvalho, Núbia Carla de Azevedo Mesquita,**
263 **Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha e Vesta Pires Magalhães Filha (contribuem**
264 **Germana, Andréa Castro e Eduardo). Informes Gerais** – A executiva Simone informa o
265 nome dos novos representantes da Câmara de Vereadores (Titular - Daize Michele de Aguiar
266 Gonçalves) e Cendhec (Titular - Kátia Simone Alves Pintor, Suplente - Manuela Roberta
267 Ramos Correa de Oliveira Magalhães Tertuliano). Seguindo com os informes, Simone faz a
268 leitura do ofício do Fórum DCA (anexo) que solicita a imediata abertura do Edital FMCA 2020
269 de cofinanciamento as OSC's registradas no COMDICA. A conselheira Ana Farias afirma que
270 é preciso observar que há um edital em andamento. Ana pergunta a gestora da parceria, Andréa
271 Castro, se é possível a solicitação do Fórum DCA com um cofinanciamento em andamento.
272 Andréa afirma que existe uma força-tarefa trabalhando para que, em agosto, conclua o
273 processo todo. Simone lembra que há um documento do Ministério Público Eleitoral,
274 encaminhado pelo Gabinete do Prefeito, informando que projetos sociais não podem ser
275 aditivados e que editais não podem ser abertos. A executiva explica que o COMDICA só pode
276 abrir o edital de contingência e que Edital FMCA só em 2021. Simone coloca que é possível



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

277 que o conselho trabalhe um edital FMCA para lançamento futuro, após o período de vedação
278 eleitoral. A técnica Aurely esclarece que a legislação não atinge o chamamento público aberto
279 do Edital Itaú Social já que o termo só será assinado em 2021 e os recursos não são do FMCA.
280 A conselheira Andréa Castro lembra que a proposta é contemplar com o edital de contingência
281 até trinta instituições. A conselheira Ana Farias solicita o envio de uma correspondência ao
282 Fórum DCA informando sobre os processos. O conselheiro Itamar lembra que é necessário
283 colocar para o fórum que não é possível abrir um edital com outro em andamento. A
284 conselheira Andréa fala que na reunião com as vinte e seis instituições, registrada em ata,
285 informou sobre a conclusão do processo para agosto e que até a conclusão da prestação de
286 contas não é possível a abertura de um novo edital. Ela reforça que o procedimento é coletivo e
287 que se uma instituição não realizar a prestação de contas, o processo fica aberto e prejudica a
288 todos. A executiva Simone registra que para o fechamento do FMCA 2019 é necessário um
289 trabalho que envolve equipe técnica e instituições. Dito isto, o presidente comunica que
290 recebeu uma carta de repúdio (anexo) para assinatura do COMDICA e pede para que o
291 conselheiro Itamar esclareça o assunto. Itamar coloca que o governo federal autorizou a
292 internação de adolescentes em comunidades terapêuticas e a Rede de Luta Antimanicomial, em
293 conjunto com outras instituições e órgãos de direito, fez um levante para se opor a resolução. O
294 documento visa se contrapor a medida já que as comunidades terapêuticas não têm uma
295 metodologia específica para o atendimento com crianças e adolescentes, abrindo precedentes
296 para o internamento comparado ao adotado na extinta Febem, diz o conselheiro. O conselheiro
297 Eduardo registra que o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas se tornou puramente
298 governamental e que compete ao CONANDA a implementação da política nacional dos
299 direitos da criança e do adolescente. A colegiado assina o documento. Não tendo nada mais
300 que por si só mereça registro, o presidente agradece a participação de todas e de todos e encerra
301 a reunião às 12h.

302
303 Recife, 22 de julho de 2020

304
305
306 **Armindo Nascimento Pessoa**
307 *Presidente*

308
309
310 **Ana Maria de Farias Lira**
311 *(Conselheira / Secretária de Desenvolvimento Social, Juventude,*
312 *Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos)*

313
314
315
316 **Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha**
317 *(Conselheira / Gabinete do Prefeito)*

318
319
320
321 **Núbia Carla de Azevedo Mesquita**
322 *(Conselheira / Associação para a Restauração do Homem)*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367

Eduardo Paysan Gomes

(Conselheiro / Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude,
Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos)

Germana Bezerra Suassuna

(Conselheira / Secretaria de Saúde)

Vesta Pires Magalhães Filha

(Conselheira / Procuradoria Geral do Município)

Andréa Maia Guerra Coimbra Carvalho

(Conselheira / Procuradoria Geral do Município)

Andréa Ricardo de Castro

(Conselheira / Secretaria de Educação)

Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade

(Conselheira / Centro de Integração Empresa Escola - CIEE)

Itamar Sousa de Lima Júnior

(Conselheira / Conselho Regional de Psicologia -CRP)

Barbara Elias de Sousa Cabral

(Conselheira / Escola Dom Bosco-Inspetoria Salesiano)

Evandro Alves de Freitas

(Conselheiro / Instituto Solidare)